



## A Resistência à ditadura civil-militar brasileira e as Redes Transnacionais de Solidariedade (1964-1985).

MARIA CLÁUDIA BADAN RIBEIRO\*

### 1. Uma escolha, um compromisso.

Desde a segunda Guerra Mundial temos exemplos de solidariedades que marcaram a história. Aracy Guimarães, mulher do escritor e também diplomata brasileiro, João Guimarães Rosa salvou a vida de muitos judeus que vieram se refugiar em território brasileiro durante a perseguição nazista (SCHPUN, 2011). Na Argentina, Enrico Calamai, embaixador italiano em Buenos Aires, ajudou centenas de pessoas a deixarem o país após o golpe de Estado (CALAMAI, 2006).

Durante a Guerra do Vietnã Antoine Griset, gerente do jornal *Libération* (1981-1987) onde mantinha uma coluna com o pseudônimo de *Docteur Sourire*, foi um dos responsáveis por criar uma das mais eficazes redes de deserção de soldados americanos, enviados posteriormente à Alemanha<sup>1</sup>.

Se recuarmos no tempo, veremos muitos outros exemplos de eventos como esses que se concretizaram de diversos modos, movidos por afinidades culturais, ideológicas, religiosas e em resposta a situações empíricas e historicamente determinadas. Chamaremos aqui o conjunto destas ações de interesse comum ou interdependentes de *redes de solidariedade*.

Empregamos o termo solidariedade enquanto uma categoria heurística para se pensar um conjunto diferente de experiências e comportamentos sociais, mas ao mesmo tempo enquanto expressão de uma sociabilidade marcada pela oposição, emanada ou não de alinhamentos políticos, mas que dependeram essencialmente de uma escolha e de um compromisso.

---

\*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL/Sorbonne Nouvelle). Parte desta pesquisa contou com o apoio CAPES Processo n° 9593-11-0. Atualmente Pesquisadora Colaboradora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: [bribeiro@unicamp.br](mailto:bribeiro@unicamp.br).

<sup>1</sup> JULY, Serge. **Antoine Griset est mort**. Disponível em: [http://www.liberation.fr/france/1995/11/11/antoine-griset-est-mort-l-administrateur-gerant-de-liberation-de-1981-a-1987-est-mort-jeudi-a-57-ans\\_149765](http://www.liberation.fr/france/1995/11/11/antoine-griset-est-mort-l-administrateur-gerant-de-liberation-de-1981-a-1987-est-mort-jeudi-a-57-ans_149765). Acesso em 13 de jul. 2012.

O conceito de solidariedade foi empregado aqui como parte de uma cultura política de uma época e também dentro das relações de poder vigentes. A noção de solidariedade permeada de ambiguidades e suas manifestações ou mudanças de sentido ocorreram de acordo com as dinâmicas históricas<sup>2</sup>.

Interessa-nos neste texto, fruto de uma pesquisa ainda em curso, mostrar como os movimentos de resistência à ditadura civil militar brasileira estabeleceram laços de cooperação com outros grupos estrangeiros. Nosso intuito foi o de fazer um inventário das estratégias e experiências comuns vividas por uma cultura política específica, e marcada por regimes de força, ditaduras militares, dominações e ou colonizações em que o elemento principal e aglutinador foi não apenas uma solidariedade de caráter político, mas outras formas de luta e do agir político para além da ação coletiva (TARROW, 2004: 24).

Estas lutas e seus apoios fizeram parte do que Gerard Chaliand chamou de “euforia terceiro mundista” (CHALIAND, 1976: 16) surgida no contexto do pós-guerra e reforçada pela Guerra da Argélia e pelo exemplo catalizador da revolução cubana, que teve influência decisiva nas lutas da América Latina. Seu entorno transnacional baseou-se numa solidariedade terceiro-mundista que se desenvolveu nos anos de 1960 e 1970, no contexto das descolonizações e na emergência de numerosos movimentos armados na Ásia, África e América Latina.

Motivados a resistir contra a opressão e a violência de Estado, pregando a revolução ou defendendo a afirmação da justiça e o direito à vida, esses movimentos deram ensejo à formação de uma “cultura militante sem fronteiras” que foi se constituindo naqueles anos, atravessando países e continentes, se formando ou se desfazendo em alguns momentos, e se solidificando em outros.

A solidariedade esteve presente, sobretudo na luta contra as ditaduras que tomavam conta de um mundo dividido pelo contexto da Guerra Fria e que exigia uma tomada de

---

<sup>2</sup> Distante das práticas sociais caritativas ou benevolentes, o termo solidariedade adquiriu diferentes sentidos ao longo da História e em consonância com a compreensão do que era sociabilidade. A solidariedade aparece no passado como uma solidariedade cívica, no seu aspecto contratual enquanto acordo entre cidadãos e Estado na garantia de direitos civis, direito à vida, à propriedade, à justiça e à liberdade de pensamento e movimento. Está expressa enquanto base iluminista, tendo sido também evocada na Revolução Francesa como parte de um ideal universalista. Somente um século mais tarde é que o termo se inscreve num campo de disputa, quando a palavra solidariedade adquire nos séculos XIX e XX sentido de solidariedade política, sendo uma reivindicação da classe operária, de grupos sociais que encarnam juntos a luta contra um Estado opressor, denunciando sua natureza burguesa e seu caráter de árbitro das desigualdades (MARX, 1844/1991: 50). O termo solidariedade passa então a ter novos contornos, identificando-se com a luta de classes, com a progressiva divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1893/1999) e inscrevendo-se na ideia de emancipação política e social (e não apenas civil) a partir de experiências comuns partilhadas entre grupos, associações e partidos políticos. O termo solidariedade passa então a se manifestar enquanto identificação coletiva de doutrinas e interesses, apoiado na ideia de uma comum situação de exploração e de injustiça.

posição reativa ou ofensiva. Para além das discordâncias políticas no seio da esquerda brasileira e internacional, e da contradição que a vontade em ajudar as vítimas da repressão pôde representar, as redes de militância política de esquerda e simpatizantes permaneceram e se difundiram naqueles anos.

Até o presente momento, as pesquisas sobre o confronto armado no Brasil concentraram-se em mostrar seu modo de atuação no interior do país, suas fraquezas e debilidades e as maneiras pelas quais foram destruídos ou dizimados pelo Estado repressor. Os interesses a respeito deles recaem, sobretudo, sobre seus “aspectos psicológicos coletivos”, como a obsessão pelo poder e pela autoridade, a falta de organização, a verbosidade excessiva, os machismos ou mesmo tanatomania. Poucas foram as referências que se dedicaram a estudar suas diversas ligações no exterior, a solidificação de acordos de cooperação, a maneira com que agiram de forma transnacional, fortalecendo o combate armado ou mesmo evitando a sua mais completa extinção. São escassas, portanto, pesquisas que contribuem para se pensar as atividades intergrupos, a solidificação de acordos sigilosos, com destaque para redes informais ou frentes revolucionárias ou conspirativas tecidas durante o exílio<sup>3</sup>.

Colabora para isso, o estabelecimento do próprio conceito exílio como um novo campo de investigação e suas implicações enquanto categoria analítica para uma diversidade de ações e atitudes sociais, que se sustentam no próprio modo de engajamento dos anos de 1960 e 1970, fosse ele representado pela militância ativa de um membro de uma organização armada, fizesse parte de estruturas de retaguarda ou fosse proveniente de um círculo externo que compartilhasse antecedentes culturais, religiosos ou de família. As razões da partida, em especial do auto exilado ou do chamado “exilado voluntário”, também impõem problemas, pois apesar de seu deslocamento forçado, sua saída nem sempre é entendida enquanto um gesto político, por não se refletir no número de indiciados da Justiça Militar brasileira ou não constar nos documentos da repressão como foragido, banido ou expulso do território nacional. Razões políticas se mesclam então a motivações de outro caráter, como no caso das pessoas afetadas profissionalmente (artistas, jornalistas, cientistas, escritores) pelo regime ou que viam

---

<sup>3</sup> Algumas pesquisas relacionadas especificamente ao exílio político começam paulatinamente a destacar a lógica de atuação internacional de alguns grupos de luta armada, como a pesquisa de Silvina Jensen, resultado do texto *(Las fuentes de oposición exiliar y el estudio de las actitudes sociales durante el último gobierno militar, 1976-1979)* sobre argentinos na França, ou o trabalho de Cristina Schneider Marques que partindo do conceito de circulação e transnacionalismo tem como foco analisar a transformação da radicalidade política de exilados brasileiros numa perspectiva comparada (Chile e França). Os trabalhos de Andréia Prestes Massena (2005) e de Desirée de Lemos (2011) procuraram analisar o exílio brasileiro em Moçambique.

sua segurança ameaçada devido à atividade política de colegas, amigos, parentes, cônjuges, etc.

O exílio pode ser construído através da comunidade de desterrados ou da luta pelo regresso (RONIGER 2011: 41). Mas, pode também ser expressão de uma maneira de combate, quando utilizado de maneira tática, diante das restrições impostas em solo pátrio e como resposta aos mecanismos de exclusão política.

Como afirmou Franco, o imaginário da “vítima” ou do “privilegiado” se condensaram de tal maneira em relação à experiência de exílio, que sua utilização restringiu o olhar, carregando-o a priori (FRANCO, 2008: 20). A militância política, portanto, e suas identidades político-partidárias transnacionais ficaram silenciadas quando a experiência revolucionária passou a ser portadora de uma sanção moral no exterior, em consonância com a política de acolhimento a refugiados pelos Estados europeus, e a necessidade de um viés de luta contra a violação dos direitos humanos.

Mesmo as discussões a respeito da formação de um II Tribunal Bertrand Russell para o Brasil foram acaloradas, dividindo a população comunista e os integrantes da luta armada. Embora o Tribunal Bertrand Russell não seja foco de nossa pesquisa, em sua elaboração, podemos perceber de que maneira a esquerda brasileira e suas várias correntes puderam ou não se reunir numa plataforma de denúncia comum. Na constituição do Tribunal podemos perceber como o Tribunal foi lentamente ganhando credibilidade, numa esquerda que pensava ainda possível a luta no Brasil para derrubar a ditadura, antes da possibilidade de se ter um Tribunal para julgar crimes de guerra<sup>4</sup>.

Observando o contexto da época constatamos que a defesa dos direitos do homem aparece como o motor de um combate global. Claro que a campanha pelos Direitos Humanos tinha seu valor ofensivo, pois, podia isolar na opinião pública internacional as ditaduras na América Latina, preparando suas quedas. Mas, podemos nos questionar como Franco, “que mudanças nas identificações políticas e representações do passado a luta pelos direitos humanos encobre?” (FRANCO, 2008: 23). Por que a escrita deste período silenciou a história prévia ao golpe e a atuação política estratégica durante o exílio?

A atuação política continuou existindo, mesmo que as leis francesas ou alemãs determinassem claramente que todo exilado protegido estava proibido de se ocupar de política nestes territórios. Como afirmou um exilado,

---

<sup>4</sup> Cf. FONDO TRIBUNAL RUSSEL II (1972-1976). Série 1. Corrispondenza. Pasta 06. Disponível em: <[www.armazemmemoria.com.br](http://www.armazemmemoria.com.br)>. Acesso em 18 nov. 2014.

*[...] claro que ninguém é angelical e que muita gente continuou a ocupar-se de política, mas toda discricção se impunha. Nós militávamos com a Gauche Prolétarienne e com a Ligue Communiste. Eram eles que faziam as ações e as denúncias. Enquanto clandestinos ou exilados, não tínhamos o direito de fazê-lo. A sobrevivência no exterior era garantida pelos países que acolhiam os militantes e, quando não era o caso, com o dinheiro resultado das “expropriações”. As estruturas de apoio eram os partidos simpatizantes locais e suas redes (PRADO, 2015)<sup>5</sup>.*

As motivações para o silêncio a respeito da intensa atividade militante no exterior, alimentada pelas redes de simpatia e solidariedade à revolução latino-americana, foram muitas a se considerar a possibilidade de brasileiros conseguirem documentação de permanência em solo estrangeiro, a repercussão da geopolítica da época, a necessidade de se unir em torno da denúncia da repressão de Estado. Se chegando ao exterior alguns militantes não tinha muito claro qual seria a melhor maneira de denunciar o regime, em alguns outros casos, o embaraço em se declarar como revolucionário estava relacionado à política de acolhimento do próprio país e por vezes, ao próprio instinto de preservação do militante<sup>6</sup>. As ações que foram realizadas por estes grupos ficaram, portanto restritas às pessoas designadas, e foram conseqüentemente perdidas na história em parte pelo sigilo que envolveu certas operações, e por outro lado, pelas próprias questões pessoais e políticas em disputa no presente.

Não fosse a atuação política desses militantes no exterior, para além de outras questões específicas dos países que os acolheram, o que estimulou também comentários e preocupações de parcelas de direita, não haveria uma mudança progressiva de qualidade nas relações institucionais estabelecidas entre os países, onde o controle passou a ter maior tônica<sup>7</sup>. As redes de resistência que continuaram agindo no exterior, também foram alvo de investigações por parte da polícia política brasileira e pelo Itamaraty chegando mesmo a ocupar as páginas dos jornais franceses, suíços e alemães<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup>PRADO, Luiz Eduardo. [Mensagem Pessoal]. Paris. Mensagem recebida por <[mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com](mailto:mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com)> em 11 de junho de 2015.

<sup>6</sup> Este foi, por exemplo, o caso da chegada de Maria Augusta Carneiro a Cuba, trocada no sequestro do embaixador americano. Perguntada por um jornalista de qual organização armada ela fazia parte, Maria Augusta se assumiu como um quadro do movimento estudantil. A defesa dos princípios revolucionários ocorreu, porém em menor escala, no exterior ou mesmo, na volta ao Brasil, com a Anistia.

<sup>7</sup> Antes de 1973 quando o golpe militar chileno mobilizou toda a comunidade internacional, a entrada de brasileiros nos países de exílio não parece ter sido tão facilitada como nos anos seguintes. Havia necessidade de comprovação por parte dos militantes, de seu “grau de periculosidade” para obter a documentação de refugiado no país. Grande parte dos militantes que chegaram à França fugindo do Brasil ou em tarefas da organização chegou com documentação falsa. Uma carteira falsificada para os exilados, por exemplo, podia em alguns casos, trazer mais vantagens do que um documento obtido da ONU, que poderia chamar atenção sobre suas atividades consideradas ilegais (MOLICA, 2003: 208).

<sup>8</sup> “Seriam eles terroristas?” ou “O que fazer com os terroristas?” Era como se questionava, por exemplo, o jornal alemão *Die Welt* no ano de 1974. François Refoulé, por exemplo, no *Le Monde*, num texto intitulado “Liberté et

Para além de uma “Europa impenetrável” (ROLLEMBERG, 2006) estava em jogo “o ambiente político e institucional dos países anfitriões, que, dando asilo sob o espírito da irmandade latino-americana, desejam ou são pressionados a controlar as atividades políticas dos exilados entre eles” (SZNAJDER, 2011: 83).

Em relação à França, as relações conflituosas no acolhimento dos exilados políticos estrangeiros se verificam no boletim *France-Brésil* editado pelo comitê de Solidariedade França Brasil, cuja discussão central na época era o direito de asilo ameaçado na França. A relação diplomática estabelecida entre os dois países, por exemplo, permite pensar de que modo a ditadura brasileira influenciou a própria política francesa de asilo. Analisar estas relações nos ajuda a entender porque naquela conjuntura estas redes foram necessárias, ou porque a militância brasileira teve dificuldade para se constituir no exterior ou atuou na clandestinidade.

O pesquisador brasileiro Rodrigo Nabuco em sua tese de doutorado chamou de um “total paradoxo” a política francesa. Segundo ele, a escolha da França como local de exílio por brasileiros era muito mais inspirada em referências intelectuais dos jovens militantes como Sartre e o existencialismo do que na realidade. Como ele afirmou em entrevista para a Rádio France Internationale (RFI) “Uma coisa era a política na França, outra coisa era a imagem do país. Na metáfora do lobo, seria como esconder-se na toca do lobo (FERNANDES, 2014)”. As razões de Estado parecem estar bem distantes da opinião pública, que também se dividia sobre o assunto nos jornais estrangeiros da época. Nem sempre eles expressaram concordância com a luta armada, e menos ainda de se envolver com questões que saíam da esfera dos interesses nacionais franceses. A sociedade francesa, que teve o maior afluxo de brasileiros exilados, via os exilados políticos brasileiros com um sentimento misto de compunção e de desconfiança. Luiz Felipe D’Alencastro embora estando sempre em contato com outros brasileiros, não deixou de sentir “um grande isolamento na França”. Mesmo a milhares de quilômetros do Brasil, ele não deixava, contudo, de tomar suas precauções para escapar da ditadura. A partir de 1966 quando se exilou na França, adotou o pseudônimo de Júlia Juruna para assinar artigos sobre a política brasileira, publicados pelo jornal francês *Le Monde Diplomatique*. (FERNANDES, 2014)

---

responsabilité de l’éditeur” datado de 24 maio de 1970 chamava a atenção para a problemática da publicação *Pour la Libération du Brésil* de Carlos Marighella. Na *Tribune de Genève* em texto de A. Bn. intitulado “Torture et Répression au Brésil”, datado de 3 de fevereiro de 1970 fazia-se uma crítica à conveniência das denúncias do religioso Jean Talpe. Parecia melhor ao jornalista que Talpe participasse mais das questões nacionais do que da denúncia dos problemas distantes dos países do Terceiro Mundo.

Seria apressado, portanto, afirmar que o exílio foi vivido pela militância política enquanto “uma crise geral do sujeito revolucionário” quando a luta no exterior passou a ser mais de denúncias contra as violações dos Direitos Humanos. Os exilados haviam descoberto segundo Roniger, o poder mobilizador do discurso emergente dos direitos humanos e, “embora não o adotassem a partir de um princípio em forma total, o faziam de uma forma tática (RONIGER, 2011: 53)”.

Pouco destaque, portanto, foi dado às redes que funcionaram de maneira clandestina, dependentes de simpatias pessoais e políticas, de diretrizes da organização ou da constituição de novos grupos de resistência no exterior, tanto na América Latina como na Europa e até em alguns países africanos, onde brasileiros se integraram à luta de libertação como em Guiné Bissau e Angola imbuídos da ideia de uma revolução continental.

## **2. As Redes Revolucionárias de apoio**

Procuramos localizar no espaço interno e externo da militância política brasileira as diferentes redes de ajuda e solidariedade que foram se formando, feitas de maneira contingente, ou permanente e solidificadas já dentro de diretrizes políticas bem definidas, ou contando com os canais políticos tradicionais, como partidos, grupos religiosos, imprensa, artistas e intelectuais. Não é aconselhável restringir o trânsito militante internacional concentrando-se apenas no funcionamento interno das organizações de luta armada e de suas diretrizes, pois se a conduta política se desenvolveu fora dos limites estabelecidos para ela, as redes de solidariedade políticas só existiram porque também mantiveram vínculos com o exterior. Houve atuação de pessoas que apesar de não se oporem abertamente ao regime, atuaram de modo discreto, utilizando os espaços que tinham (ou que encontraram) para ajudar a impulsionar a luta de oposição contra o regime militar.

Alguns gestos expressaram um protesto contra o regime, como por exemplo, a atitude de Jean Luc Godard, em não aceitar participar no Rio de Janeiro do Festival Internacional de Cinema no ano de 1965 (GUIMARÃES, 1965).

Integrar um combate no exterior pode nem sempre expressar uma decisão aberta e pública, mas pode significar um gesto de ajuda e apoio discretos como no caso do italiano Leonardo Ditta, que guardou uma bola de beisebol, trazida por um guerrilheiro em sua passagem por Cuba. Como a bola trazia a assinatura do time campeão do mundo, não pode

continuar sua viagem<sup>9</sup>. O diretor de cinema Gian Maria Volonté não apenas abrigou exilados na Itália, mas ajudou militantes políticos em disfarces dentro dos aeroportos<sup>10</sup>.

Alguns correspondentes internacionais também funcionaram como uma interessante cadeia de informação e denúncia da ditadura brasileira publicando as primeiras notícias na França, Itália e Alemanha, sobre o assassinato de grandes líderes políticos, a prisão de dominicanos, o assassinato de camponeses, o desaparecimento de pessoas, a crise econômica no Brasil, entre tantas outras notícias proibidas no país. Irénée Guimarães, (Antônio Deusdedit da Cruz Guimarães) jornalista brasileiro foi um dos mais ativos de sua época, chegando a ser preso dezenove vezes por suas matérias e coberturas históricas no Chile, Brasil e Bolívia. François Pelou, por exemplo, foi expulso do Brasil, sob a alegação de “incompatibilidade de funções exercidas em território nacional” por ter divulgado o sequestro do embaixador suíço no jornal. Klaus Eckstein, correspondente internacional da TV alemã RFA (2DF) é outro exemplo de um jornalista estrangeiro expulso do Brasil. Tinha vindo realizar a cobertura dos movimentos sociais na América Latina e viveu no Brasil por um período, chegando aqui atraído pela Teologia da Libertação. Destacada atuação teve tiveram Guy Arditi da *France Press*, Marcel Niedergang e Thierry Maliniak do *Le Monde*<sup>11</sup>. Estes jornalistas podiam não ter identificação ideológica específica com a luta política no Brasil, mas formaram uma grande cadeia de denúncias no exterior. Uns falam em “revolta da moral ou da comoção” para se referir a estas solidariedades. Outros em identificação com a mudança ou a necessidade da revolução nos países de Terceiro Mundo. Cada um abraçou suas causas, cada um atuou dentro do espaço que teve naqueles anos.

Alguns editores também deram inestimável ajuda como François Maspero, a Éditions du Cerf, cujo proprietário era Charles Antoine, e as edições Seuil. Maspero junto ao crítico teatral Émile Copfermann editou, por exemplo, toda a obra de Augusto Boal na França. Jornalistas italianos se destacaram na imprensa divulgando notícias do Brasil, ligados ou não ao PCI, ou defendendo posturas mais progressistas. O jornal *Unità* deu muita contribuição nas figuras de Kino Marzullo e de Guigo Vicario respectivamente. Não podemos deixar de mencionar por outro lado, as Edições Giangiacomo Feltrinelli, responsável por difundir muitos autores e intelectuais brasileiros, e tendo a coragem de publicar os escritos de Carlos Marighella que meses antes tinham sido proibidos na França.

---

<sup>9</sup> DITTA, Leonardo. Entrevista. [maio 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, São Paulo, 2012.

<sup>10</sup> FAYAL, Tania. Entrevista. [mar. 2010]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. Maricá, RJ, 2010.

<sup>11</sup> MALINIAC, Thierry. [Mensagem Pessoal]. Paris. Mensagem recebida por <[mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com](mailto:mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com)> em 18 de abril de 2015.



A saída do país de Glauber Rocha partiu de uma decisão pessoal. Talvez o exílio tenha lhe poupado a vida, como afirmou a Comissão Nacional da Verdade, ao encontrar documentos do SNI que indicavam a intenção dos militares de eliminá-lo<sup>12</sup>. Glauber Rocha chegou à Europa ainda clandestino, tendo se abrigado temporariamente num mosteiro beneditino francês (CARDOSO, 2007: 152). Foi um artista muito disponível e bem relacionado politicamente peregrinando pelos centros do comunismo internacional como Congo, Cuba, Chile, Peru, Moscou. Em Paris se aproximou da ALN, e postergando sua ida a Cuba (onde filmaria *História do Brasil*) realizou acordos no Congo para a montagem de uma rádio clandestina para a organização<sup>13</sup>. Como afirmou Maurício Cardoso, Glauber “não era um guerrilheiro nem uma liderança política de esquerda [...] mas um artista que incomodava com suas posturas críticas e filmes indecifráveis para a maioria dos censores (CARDOSO, 2008: 150)”.

A transformação do exílio em prática política foi feita também por grupos irregulares e que se deslocavam paralelamente dentro dos jogos de relações estabelecidas. Mesmo que a luta armada tenha sido uma experiência efêmera em alguns países da América Latina mais do que em outros, ou considerada insurreições momentâneas, sua face mais importante como sua estrutura clandestina e ou sua ligação com a população civil dentro de esquemas legais, tem sido pouco explorada.

Foi justamente a ideia do “exilado independente e legal” que permitiu uma série de atividades, favorecendo o trânsito de pessoas e o jogo de alianças no exterior. Assim, o trânsito externo foi intenso usando os métodos e as condições existentes da época para repasse de informações, para discussões internas, para obtenção de numerário, para a realização de cursos e treinamentos militares e para uma série de tarefas de solidariedade revolucionária<sup>14</sup>. Militantes estrangeiros radicados ou não em território brasileiro, também deram suas contribuições à guerrilha realizando tarefas de apoio através de suas atividades profissionais legais ou já se transferindo ao Brasil para viver em situação de semiclandestinidad<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup>A intenção se refere à palavra *morto* escrita a lápis na primeira página do documento encontrado pela CNV. Segundo as informações de Nadine Borges, Presidente da Comissão Estadual da Verdade no Rio de Janeiro, “recebemos a informação de um agente da repressão que atuou na época que, em geral era habito escrever à mão um indicativo de uma ordem (VIEIRA, 2014)”.

<sup>13</sup> CORREIA, Itobi Alves. Entrevista. [maio 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, São Paulo, 2012.

<sup>14</sup> MIYAKI, Darcy. Entrevista. [ago. 2010]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. Indaiatuba, SP, 2010. FAYAL, Tania. Entrevista. [mar. 2010]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. Maricá, RJ, 2010.

<sup>15</sup>BIRCK, Danielle. [Mensagem Pessoal]. Paris. Mensagem recebida por <[mariaclaudia\\_badanribeiro@yahoo.com.br](mailto:mariaclaudia_badanribeiro@yahoo.com.br)> em 05 de setembro de 2010. Não era tarefa fácil sendo estrangeiro no Brasil, poder ajudar a militância política. À menor suspeita dos órgãos de segurança, estas pessoas poderiam

O exílio foi vivido por uma parcela de militantes como um elemento de continuidade externa de luta, já que uma das disposições mais frequentes entre esses militantes era voltar ao Brasil. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), por exemplo, chegou a organizar seu retorno ao país no ano de 1972, como afirmou Claudio Gutierrez, (GUTIÉRREZ, 1999) <sup>16</sup>. Mesmo em situação de risco Paulo Cannabrava voltou ao Brasil, vindo da Coréia, imediatamente após o assassinato de Carlos Marighella<sup>17</sup>. O trânsito dos militantes da ALN pela fronteira foi intenso até fevereiro de 1973, orientado sempre pela Coordenação Nacional<sup>18</sup>.

Muitos brasileiros chegaram ao exterior com rejeição à ideia de ser exilado. Como Mariza de Melo Foucher afirma, “eu me sentia muito mal em deixar o Brasil. Eu fiz de tudo para não chegar como exilada<sup>19</sup>”. Algumas pessoas chegando ao exterior tentaram manter a clandestinidade na expectativa de volta ao país sem ter solicitado documentação ou procurado agências de ajuda internacional a refugiados<sup>20</sup>. Outras, podendo ir a Europa a trabalho serviram como agentes de ligação, como foi o caso de Vera Gertel e Augusto Boal<sup>21</sup>.

Nossa preocupação foi identificar os apoios que ocorreram no exterior tendo como marco temporal o período que se convencionou chamar de a primeira fase do exílio<sup>22</sup>. Ou seja,

---

ser expulsas do país, sob a alegação de que sua permanência *era contrária aos interesses nacionais*. A própria obtenção do visto para entrar no Brasil dependia a partir de 1976 de um Conselho Nacional de Imigração criado especificamente para esta função. Claro que as categorias mais visadas eram os latino-americanos e os missionários estrangeiros. Além disso, havia a chamada lista negra feita pelo governo que poderia impedir toda e qualquer pessoa de entrar no país, mesmo que muitas delas não sofressem perseguição política formal.

<sup>16</sup> Quadros da VPR chegaram a articular, porém, com militantes franceses a volta ao Brasil dos quadros menos comprometidos. A vontade de retorno ao país era muito grande. Sônia Moraes, Moacir Vilela, Maria da Conceição Sarmiento Coelho da Paz e mais dois militantes da ALN voltaram ao Brasil entre os anos de 1972-1973. Sônia Ferreira Lima, militante da ALN pretendendo se reintegrar à ALN, entrou três vezes em território brasileiro saindo do Chile. Eliete Ferrer morando na Suécia entrou clandestina no Brasil no ano de 1977. Roberto de Fortini, ligado à VPR continuou militando depois de sua prisão e banimento, quando foi trocado pelo sequestro do embaixador suíço. Retornando em 1971 ao Cone Sul, estabeleceu-se numa região fronteiriça entre Argentina e Brasil para continuar a realizar trabalho político, atuando na área mesmo após o golpe chileno. Nelson Chaves entrou clandestinamente no Brasil no ano de 1975 assim como Ricardo Zarattini e Dario Canale voltaram em maio de 1974 ao país sendo presos em 1978, o que obrigou o governo militar a suspender seus banimentos através de um ato complementar para poder processá-los. (DEL ROIO, 2006:220).

<sup>17</sup> CANNABRAVA, Paulo. Entrevista. [maio 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012. .

<sup>18</sup>PAZ, Carlos Eugênio. Entrevista. [set. 2003]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2003.

<sup>19</sup> FOUCHER, Mariza. Entrevista. [nov. 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. Paris, França, 2012.

<sup>20</sup> De acordo com dados de um relatório produzido pelo CIMADE, antes de 1973 os brasileiros formavam o maior grupo de exilados na França entre os povos latino-americanos, cerca de 1.500 (ROLLEMBERG, 1999: 116).

<sup>21</sup> Vera Gertel viajou como pombo-correio de Carlos Marighella por Paris, Praga e Alemanha Oriental. (GERTEL, 2013: 167-174). Augusto Boal levou a Paris mensagens de Carlos Marighella para os militantes da organização (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1971).

<sup>22</sup> Considera-se na historiografia como sendo uma primeira fase de exílio a ida de muitos militantes brasileiros para o Chile no imediato pós-golpe de 1964 bem como daqueles que saíram trocados por embaixadores, em

um período compreendido entre o golpe civil-militar brasileiro (março de 1964) e o golpe chileno (setembro de 1973), quando muitas estruturas formais de acolhimento eram ainda incipientes e os militantes das organizações armadas utilizaram as redes de esquerda estrangeiras para se estabelecerem no país ou para impulsionar o movimento revolucionário em seu país de origem. A chegada de brasileiros à França, após o golpe chileno atravessou outro tipo de política estando mais amparados pelas redes de ajuda oficiais quando chegaram<sup>23</sup>.

Consideramos também a necessidade nesta pesquisa de se pensar a militância política num recorte temporal mais longo (e em certos casos, para além do golpe militar chileno), tentando mostrar a sobrevivência de elos e vínculos que se mantiveram posteriormente e que permitiram alguns acordos internacionais velados no Cone Sul, América Central e junto de alguns países do Oriente Médio.

Algumas relações de apoio, por exemplo, foram favorecidas pelo estado líbio. Assumindo o poder na Líbia em 1969, Muammar Kadafi não apenas financiou ajuda aos movimentos revolucionários na América Latina, dando ensejo à criação de um grupo de combate à Operação Condor, o chamado *Grupo Galaxy*, mas investiu em projetos sociais no Nordeste brasileiro no início dos anos 1980<sup>24</sup>.

A presente pesquisa dialoga com outras produções acadêmicas sobre o exílio político, mas pretende indicar também, novas formas de abordagem que levem em consideração a construção de estruturas políticas paralelas, difusas ou exteriores ao corpo tradicional do Partido, da Igreja, dos Sindicatos e que estiveram na origem da emergência de uma variedade de movimentos revolucionários que existiram naqueles anos. Se estas estruturas em sua liberdade de movimento não deixaram de estabelecer laços com os mecanismos tradicionais, souberam por outro lado, denunciar seu esgotamento diante de períodos de francas mudanças históricas.

### **3. A Articulação Transnacional**

---

particular no ano de 1971. Havia também militantes que banidos do território brasileiro no ano de 1970 e levados para o México e para a Argélia, foram se juntar posteriormente ao grupo brasileiro em Santiago do Chile.

<sup>23</sup> Os exilados políticos puderam tanto utilizar organismos como o CIMADE (Comité Inter Mouvements Auprès Des Évacués), Secours Populaire (Socorro Popular), Secours Catholique (Socorro Católico), OFPRA (Departamento francês de proteção de refugiados e apátridas) e ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados) como contar com a pressão dos setores progressistas da sociedade francesa sensibilizados com o golpe e a truculência chilenos (FRANCO, 2008: 45-46).

<sup>24</sup> RIBEIRO, Acilino. [Mensagem Pessoal]. Brasília. Mensagem recebida por <[mariacaudia\\_badanribeiro@yahoo.com.br](mailto:mariacaudia_badanribeiro@yahoo.com.br)> em 19 de outubro de 2012.

O século XX não foi feito apenas de um único “condottiere”, como costumava se auto definir Ernesto Che Guevara, ou de ícones sedutores juvenis como Ho Chi Minh ou Mao Zedong. Houve outras forças que se identificaram com este combate e que organizaram outras formas de aglutinação.

Como afirmou Monnerot, a luta daqueles anos foi empreendida por redes mais independentes das estruturas comunistas oficiais, mesmo que militantes ortodoxos, às vezes, fizessem parte delas. O fato novo dos anos sessenta foi a emergência de uma variedade de revolucionários que utilizam a ajuda das duas metrópoles ortodoxas, Moscou e Pequim, manifestando-se de maneira tal que não se comprometiam oficialmente com o sistema russo-comunista, justamente com a finalidade de manter sua espontaneidade e certa liberdade de movimento (MONNEROT, 1969: 689- 690).

Se a unidade da América Latina é em parte fictícia no que se refere às forças de oposição de esquerda, dada sua propagação física e ideológica, podemos dizer que ela existiu em determinados momentos naqueles anos. A ideia era então acender a chama comunista, socialista e anticolonialista pelo mundo, tendo como inspiradores a Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), ocorrida entre julho e agosto de 1967 em Cuba.

Se Moscou era oficialmente contrária aos movimentos de luta armada na América Latina enviou, em contrapartida, agentes ao continente para produzir relatórios, para angariar simpatias e emprestar seu apoio logístico a quem seguia sua linha pacífica. E era de conhecimento russo, as entradas e saídas de guerrilheiros no país, utilizado como rota de passagem para a realização de treinamentos em Cuba<sup>25</sup>.

Na China, militantes brasileiros chegaram a realizar cursos teóricos sobre a guerra de guerrilhas, como atesta Marco Aurélio Lisboa, militante do PC do B. Pelo menos três turmas foram enviadas para o país nos anos de 1964, 1965 e 1966, onde tinham lugar as aulas na Academia Militar de Nanquim<sup>26</sup>.

Não podemos desprezar os contatos entre os partidos comunistas mundo afora. O Partido Comunista russo oferecia cursos de formação política e a URSS servia como retaguarda, principalmente em casos de refluxo, quando os militantes podiam pedir asilo e

---

<sup>25</sup> Segundo Moniz Bandeira, apesar dos acordos entre a ex-União Soviética e Fidel Castro, este último sempre manteve posição dúbia em relação à luta armada (MONIZ BANDEIRA, 1998). Cabe ressaltar também que os Partidos comunistas da América Latina foram proibidos por Moscou de comparecerem à Conferência da OLAS, exceção feita ao partido uruguaio, que enviou seus representantes a Cuba.

<sup>26</sup> LISBOA, Marco Aurélio Lisboa. [Mensagem Pessoal], Belo Horizonte. Mensagem recebida por <[mariaclaudia\\_badanribeiro@yahoo.com.br](mailto:mariaclaudia_badanribeiro@yahoo.com.br)>04 de outubro de 2008 a 13 de outubro de 2009.

ajuda. Saber utilizar esta estrutura era fundamental para a articulação guerrilheira latino-americana. Como afirmou Paulo Cannabrava, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) a frase dita em outros países “eu sou um comunista brasileiro” abria portas. As ligações entre o PCB e os outros partidos comunistas o levaram à Coréia do Norte, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Itália, Argélia e Moscou aonde em suas palavras, ele chegava para “cobrar fidelidade”. Do apoio dos Partidos Comunistas europeus e latino-americanos ele conseguia passaportes, passagens, ajuda financeira, rotas de saída e entrada e divulgação da luta brasileira.

Luiz Carlos Prestes, por exemplo, continuava sendo o quadro de referência para o Partido Comunista Italiano (PCI), e os contatos no mundo socialista continuaram a ser realizados a partir das ramificações de sua estrutura, como a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Sindical Mundial em Praga, a União Internacional dos Estudantes na Hungria, a União Mundial de Mulheres em Berlim Oriental<sup>27</sup>.

Mesmo as forças tradicionais de esquerda, embora ausentes da OLAS, como foi o caso da maior parte dos Partidos Comunistas da América Latina, fizeram seus esforços para não serem ultrapassadas pela opção armada. Alguns partidos como na Venezuela, Colômbia e Guatemala, por exemplo, participaram da luta armada percorrendo a possibilidade de serem integrados por militantes, enquanto força política legal (DETREZ, 1972: 70).

O Estado Cubano não foi o único apoio exterior para as guerrilhas latino-americanas, mesmo que depois tivesse que reduzir seu apoio, após a morte de Che Guevara, por problemas econômicos internos. A Argélia sempre foi pensada como local de treinamento guerrilheiro pela esquerda armada brasileira, sendo preterida por Cuba, em vista da proximidade geográfica da ilha e da política cubana de exportar a revolução (com a própria anuência de Fidel Castro). Mesmo que o treinamento em Argel não tenha prosperado enquanto acordo oficial entre as forças revolucionárias da época, alguns militantes brasileiros realizaram treinamento militar no país, como foi o caso de Clemens Schrage<sup>28</sup>.

Como parte da luta anticolonialista surgiu em Paris um grupo chamado *Solidariedade*. Fundado em 1962 por ex-combatentes da Guerra da Argélia e tendo na figura de Henri Curiel seu principal líder e criador, *Solidariedade* alimentou a logística da maior parte dos movimentos de luta armada na América Latina, mantendo uma ação política aberta (de

---

<sup>27</sup>DEL ROIO, José Luiz. Entrevista. [abr. 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012.

<sup>28</sup>SCHRAGE, Clemens. [Mensagem Pessoal]. Alagoas. Mensagem recebida por <[mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com](mailto:mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com)> em 15 de setembro de 2014.

contornos caritativos e ligada a atividades de socorro emergencial junto a refugiados) junto às atividades clandestinas. A Rede não tinha posições políticas definidas, mas se defendia como uma central de ajuda aos movimentos de libertação no mundo, aos movimentos de luta anti-imperialista. Teve existência de dezesseis anos e serviu a cerca de treze países da América Latina, colocando-se à disposição em cursos, financiamento, embarcamento, acolhimento de países como Venezuela, Haiti, República Dominicana, Nicarágua, El Salvador, Brasil, Chile, Bolívia e Argentina. Uma das figuras bastante conhecidas no Brasil e que integrou a Rede na Europa, foi o militante do PCBR Apolônio de Carvalho, que liderou o denominado *Grupo Jacques* encarregado de retirar militantes perseguidos do Chile e apoiar a resistência interna<sup>29</sup>.

Em 1973-74 as ações de *Solidariedade* aconteceram principalmente na Argentina. Tratava-se de retirar um número de revolucionários da América Latina e da América do Sul que se encontrava em perigo após a queda de Salvador Allende no Chile. Um número cada vez mais crescente de organizações de esquerda haviam se estabelecido em território chileno, provenientes do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela (MIR), do Brasil (ALN, VPR, PCBR, MR-8), da Bolívia, etc.

Outras redes também se encarregaram do trânsito militante tendo partido das atividades no interior das organizações armadas. Havia pelo menos três esquemas organizados de saída do Brasil. Um dominado pelos dominicanos em Porto Alegre, outro utilizado pelo Uruguai e ligado às forças brizolistas no período imediato ao golpe e a passagem pela Ponte da Amizade na Argentina. Em parte conhecida, a colaboração dos dominicanos à Ação Libertadora Nacional (ALN) foi dar apoio logístico aos revolucionários. Esconder pessoas, cuidar dos feridos, levantar áreas para futura guerrilha – como foi o caso da região do Araguaia<sup>30</sup>.

A saída entre Brasil e Uruguai utilizava uma rua que dividia os dois países entre Santana do Livramento (no Brasil) e Rivera (no Uruguai). De Rivera os militantes iam de ônibus a Montevideu (ASSEFF, 2009). A *Rede Vinicius*, fundada por um argentino da antiga Coluna Guerrilheira de Che Guevara também se encarregou de atravessar cerca de cem pessoas pela fronteira<sup>31</sup>.

---

29 Apolônio pertenceu às Brigadas Internacionais e lutou na Guerra Civil Espanhola. Na Resistência Francesa, combateu junto ao Francs-Tireurs et Partisans (FTP). No Brasil foi oposição à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e ao Regime militar (1964-1985) tendo pertencido ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Preso e enviado ao exílio em 1970 em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, voltou ao Brasil com a Anistia ajudando a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>30</sup>BETTO, Frei. Entrevista. [maio 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, São Paulo, 2012.

<sup>31</sup> MOLES, Alfredo. Entrevista [jan. 2013]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. Barcelona, 2013. Alfredo acredita que conseguiu retirar aproximadamente cem pessoas do Brasil.

Miguel Arraes foi responsável pela criação de uma organização revolucionária a partir do exterior, chamada Movimento Popular de Libertação (MPL). Embora ele não defendesse abertamente a luta armada, não deixou de cuidar da manutenção dos quadros da resistência a partir da *Intrade*, empresa que funcionou a partir de comissões de grandes multinacionais. O dinheiro servia, segundo afirmou Francisco Catão, que integrou a *Intrade*, “para financiar movimentos e dar cobertura<sup>32</sup>”. Mais do que um grupo político, o MPL representava um apoio à mobilização no Brasil e ao mesmo tempo uma influência nos meios europeus. Informações sobre ele indicam que surgiu ainda em 1968 no Brasil, ganhando, contudo, maior expressividade no exterior, atraindo dominicanos, operários, intelectuais, empresários e sindicalistas e permanecendo atuante até o ano de 1974. Algumas entrevistas realizadas por Chotil (2014) trouxeram os depoimentos de pessoas que se ligaram a esta frente. No *Brasil Nunca Mais* o grupo não consta como um grupo formalizado, e nem com uma base ideológica definida ou muito clara<sup>33</sup>.

O Comitê Revolucionário Internacional (CRI) foi uma rede pensada por militantes da ALN, VPR e MR-8 em Argel e que tinha como objetivo dar cobertura à militância e promover “embarcamento” e salvamento de quadros políticos muito comprometidos. A Rede também ajudou no tratamento em território francês de muitos militantes que chegaram à França, enlouquecidos pela tortura. Era o embrião do que viria a ser o Centro Primo Levi em Paris, que visava estudar as reações psicológicas face à tortura e os tratamentos possíveis. No testemunho de Prado, um de seus integrantes,

*Quando o CRI foi criado, uma das minhas funções era justamente esta: ajudar colegas de passagem pela França ou pela Europa a passarem. Fui ao Chile. Ajudei o Franklin Martins a passar pela França. Houve muitos outros [...]. Foi o próprio MR-8 que passou a me sustentar. Isso durou uns três ou quatro anos. Eu me ocupava de conseguir documentos falsos, de conseguir aparelhos que pudessem abrigar militantes em trânsito, de organizar o trânsito dos militantes, do lugar onde me designassem que eles deveriam ser resgatados até o ponto final, do tratamento médico, eventualmente de arrumar emprego junto a militantes franceses ou de demais países europeus [...]. O sigilo era, sim, completo. [ ] Ajudei militantes que queriam voltar, a fazê-lo. Era muito complexo. Uma [das militantes] dizia que voltava para morrer lá onde o namorado dela tinha morrido. Outros, porque não tinham conseguido se integrar na Europa, não concebiam viver ou morrer longe do Brasil. [ ] Ocorreu que era necessário organizar uma rede de serviços médicos clandestina de tratamento de colegas que não podiam receber tratamento em Cuba, ou na Argélia, pelo fato da medicina ainda ser na época muito atrasada nestes países. Na Itália, as redes eram controladas pelo Partido Comunista de tendência soviética, que não queriam ouvir falar de nós. Diversos outros países apresentavam empecilhos diversos. A França era o país mais central, com rede médica disposta a*

<sup>32</sup> CATÃO, Frei Francisco Augusto Carmil. Entrevista. [abr. 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, São Paulo, 2012.

<sup>33</sup> Muitas informações sobre o MPL, sua constituição, financiamento e formas de atuação podem ser encontradas em (KNAPP, 2013).

*apoiar-nos e com organizações de esquerda suficientemente variadas para que algumas também se dispusessem a fazê-lo (PRADO, 2015) <sup>34</sup>.*

Alguns brasileiros lutaram na Venezuela, e venezuelanos estiveram no Brasil mantendo contatos com organizações como o MR-8. Um grupo liderado pelo venezuelano Ricardo Gomez esteve no Brasil realizando trabalho político e Foi o responsável pela criação do *Movimento de Libertação da Amazônia Brasileira e Latino-Americana*, que reunia brasileiros e venezuelanos que mantinham vínculos com Douglas Bravo<sup>35</sup>. O grupo, composto por cerca de quinze a vinte pessoas, foi processado pela Justiça Militar brasileira em 1967, estando entre os suspeitos de colaboração o médico Raimundo Tapajós, tio do cineasta Renato Tapajós. Renato Tapajós incorporou esta história como parte secundária da trama de seu romance *Em Câmera Lenta*, e confirmou a colaboração de seu tio ao grupo <sup>36</sup>. Presos políticos que conviveram com este venezuelano no Presídio na Ilha Grande (RJ) afirmam que souberam por conversas que o militante fazia um trabalho junto aos índios ianomâmis na fronteira com a Venezuela, para permitir rota de fuga para os guerrilheiros venezuelanos. Os jornais da época noticiavam que o grupo, composto por estudantes e demais simpatizantes, estava "lançando a semente da rebelião no extremo norte do país". A polícia brasileira investigava se o grupo vinha recebendo apoio do Movimento de Liberação da Zona Caraíba (MLCZ) financiada por sua vez, pela Rede de Henri Curiel em Paris. O episódio chamado de *Guerrilha do Rio Negro* é citada pelo escritor Milton Hatoum em seu livro *Cinzas do Norte* e foi transformado em roteiro de filme de ficção pelo cineasta Aurélio Michiles, que conheceu pessoalmente o Dr. Tapajós, que dava algum dinheiro e estrutura logística para a oposição política em Manaus<sup>37</sup>. Outro militante brasileiro pertencente ao MR-8 que teve atuação na luta de libertação na Guiana no ano de 1964 foi Sebastião Hoyos, numa incomum trajetória de vida até ser preso na França e na Suíça (apesar de asilado em Genebra) <sup>38</sup>. Brasileiros movimentaram-se pela América Central tanto para ganhar o exílio europeu, como para se integrar às lutas de resistência em outros países. Este foi o caso de Sylvia de Montarroyos que em seu livro autobiográfico *Tempestade em Tegucigalpa* relata as memórias de uma militante trotskista do PORT, que depois de presa e de ter deixado clandestinamente o Brasil,

<sup>34</sup>PRADO, Luiz Eduardo. [Mensagem Pessoal]. Paris. Mensagem recebida por <[mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com](mailto:mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com)> em 11 de junho de 2015.

<sup>35</sup> Ricardo Gomez foi posteriormente preso e processado no Pará para depois cumprir pena no Rio de Janeiro, até sua expulsão definitiva do país.

<sup>36</sup>TAPAJÓS, Renato. [Mensagem Pessoal]. Campinas, SP. Mensagem recebida por <[mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com](mailto:mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com)> em 23 de maio de 2011.

<sup>37</sup>MICHILES, Aurélio. [Mensagem Pessoal]. São Paulo. Mensagem recebida por <[mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com](mailto:mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com)> em 15 de maio de 2011.

<sup>38</sup> Cf. MENDONÇA, 2007.



participou da guerrilha na Guatemala, fazendo parte da organização das Forças Armadas Rebeldes (FAR). No seu livro de memórias, ela descreve como foi sua inserção na guerrilha guatemalteca e os problemas que teve com a direção do partido trotskista anos antes, quando o partido enviou um pequeno núcleo para atuação no Nordeste. Dele fez parte o uruguaio de origem russa, enviado ao Brasil, Pedro Makovsky Clemachuck. Pedro ficou muitos anos preso em Recife e Fernando de Noronha. Parte da militância dele e de Sylvia Montarroyos foi narrada no livro *Réquiem para Tatiana* (MONTARROYOS, 2013).

As redes de solidariedade foram realizadas intergrupos como atesta documentação encontrada contendo declarações políticas conjuntas do Partido Comunista brasileiro e venezuelano, a ideia da confecção de um jornal comum entre militantes brasileiros e uruguaio, relatórios de atividades trocados entre organizações brasileiras e argentinas. Tupamaros e militantes brasileiros também se uniram em denúncias na América do Sul contra a entrada clandestina de comandantes nazistas no continente e encabeçaram campanhas de boicote às empresas alemãs, que também se beneficiavam do “milagre econômico” brasileiro como Daimler-Benz, BASF e Volkswagen<sup>39</sup>.

Houve presença de brasileiros na Nicarágua, Bolívia, Paraguai e em países africanos como Angola, Moçambique, Congo, Guiné Bissau participando de frentes de luta nestes países, integrando grupos armados, ou funcionando como apoio na implantação de novos governos<sup>40</sup>. Otto Brokes, assessor especial do governador de Goiás Mauro Borges, saindo do Chile, teve passagem por Cuba e Angola, onde neste último se incorporou ao movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Outro militante que manteve relações estreitas no continente africano, em países como Argélia, Angola, Benin, Congo, Guiné Bissau e Mauritânia foi Almeri Bezerra de Mello, professor e funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) que escreveu um livro a respeito de suas experiências.

Este texto procurou trazer a perspectiva internacional de luta existente no contexto da ditadura civil-militar para além dos estudos brasileiros, que enfocam majoritariamente sua destruição. Se as forças progressistas e emancipatórias estavam circunscritas à linguagem da revolução e do socialismo no passado, caberia perguntar, como fez Boaventura de Sousa Santos, se a política de hoje, que recorre à linguagem dos Direitos Humanos, é capaz de

---

<sup>39</sup> Cf. APERJ, cx 598, maço 5, fl. 61. Documentos recentemente conseguidos junto ao governo alemão, no BStU Die Behörde des Bundesbeauftragten-STASI ARCHIV comprovam esta ligação. O serviço secreto da Alemanha Oriental estava bastante bem informado das relações entre a Alemanha Ocidental e o Brasil durante o regime militar.

<sup>40</sup> Cf. FUKUDA, 2014.

preencher o vazio deixado pelo socialismo mobilizando as mesmas forças de oposição, dada sua “crise aparentemente irreversível<sup>41</sup>”.

## REFERÊNCIAS:

ASSEFF, Marlon. **Retratos do Exílio: Solidariedade e Resistência na Fronteira**. Santa Cruz do Sul: Edunise, 2009.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique**. 2011. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CALAMAI, Enrico. **Niente Asilo Politico**. Milano: Universale Economica Feltrinelli, 2006.

CARDOSO, Maurício. Glauber Rocha e a tentação do exílio (1972-1976). In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca, ROLLAND, Denis (Dir.) **L' Exil brésilien en France**. Histoire et imaginaire. Paris: Harmattan, 2008, p. 327-339. Publicação em francês.

CHALIAND, Gérard. **Mythes Révolutionnaires Du Tiers Monde**. Paris : Éditions du Seuil, 1976.

CHOTIL, Maria José. **L'Exil ouvrier: la saga des Brésiliens contraints au départ (1964-1985)**. Paris: Éditions Estaimpuis, 2015.

DETREZ, Conrad. **Les mouvements révolutionnaire en Amérique Latine**. Bruxelles: Éditions Vie Ouvrière, 1972.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social** (1893). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNANDES, Daniela.[27/03/2014] De Paris para a BBC. **Ex-exilado da ditadura relembra isolamento e medo em Paris**. Radio France Internationale (RFI). Disponível em : < [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326\\_alencastro\\_daniela\\_ditadura\\_fl](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_alencastro_daniela_ditadura_fl) >. Acesso em: 24 mar. 2015.

FONDO TRIBUNAL RUSSEL II (1972-1976). Série 1. Corrispondenza Pasta 06. Carta de Lélío Basso a Márcio Moreira Alves, Roma, 29/10/1972. Carta de Márcio Moreira Alves a Linda Bimbi, 28/11/72. Carta de Dom Hélder Câmara a Tim Sheehy, Recife, 01 ago. 1972 Fonte Armazém da Memória. Anistia. Archivio Basso. Disponível em: <[www.armazemmemoria.com.br](http://www.armazemmemoria.com.br)>. Acesso em 18 nov. 2014.

FUKUDA, Hatsuo. **Diógenes - O Guerrilheiro**. Porto Alegre: Evangraf/Palmarinca, 2014.

GUIMARÃES, Irénée. Jean Luc Godard refuse d'aller à Rio pour amitié pour M. Goulart. **Le Monde**, 24 set. 1965.

---

<sup>41</sup> Cf. SANTOS, 2009.

HATOUM, Milton. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

JENSEN, Silvina. Las fuentes de oposición exiliar y el estudio de las actitudes sociales durante el último gobierno militar, (1976-1979). In: Jornadas de Trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX. Actas, 2014. Montevideo. Disponível em: <<http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/ii-jornadas/.actas-2014/Jensen.pdf/view>>. Acesso em: dez. 2014.

JULY, Serge. **Antoine Griset est mort**. Disponível em: <[http://www.liberation.fr/france/1995/11/11/antoine-griset-est-mort-l-administrateur-gerant-de-liberation-de-1981-a-1987-est-mort-jeudi-a-57-ans\\_149765](http://www.liberation.fr/france/1995/11/11/antoine-griset-est-mort-l-administrateur-gerant-de-liberation-de-1981-a-1987-est-mort-jeudi-a-57-ans_149765)>. Acesso em 13 de jul. 2012.

KNAPP, C. **Minha vida de terrorista**. São Paulo: Editora Prumo, 2013.

MARX, Karl. **A questão judaica**. (1844). Tradução da Editora Moraes. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MASSENA, Andréia Prestes. **Exílio em Moçambique**. As experiências vividas em terras estrangeiras durante a ditadura militar no Brasil. 2005. (Dissertação de Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. “Entre o Brasil e Moçambique”: os caminhos percorridos no exílio. **E.I.A.L.**, Vol. 20 – nº 1 (2009).

MELLO, Almeri Bezerra de. **Para além dos Verdes Mares**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2006.

MENDONÇA, Carlos Raimundo Lisboa de. **Champ-Dollon, Cela 211**. Uma aventura Revolucionária. Belém: Paka-Tatu, 2007.

MOLICA, Fernando. 2ed. **O homem que morreu três vezes**: uma reportagem sobre o “Chacal brasileiro”. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel**. A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MONNEROT, Jean. **Sociologie de la Révolution**. Mythologies politiques du xxe siècle, Marxistes-léninistes et fascistes, La nouvelle stratégie révolutionnaire. Paris: Fayard, 1969.

MONTARROYOS, Sylvia de. **Réquiem por Tatiana**: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013.

\_\_\_\_\_. **Tempestade em Tegucigalpa**. (no prelo)

NABUCO DE ARAÚJO, Rodrigo. **Conquête des Esprits et Commerce des armes**. La diplomatie française au Brésil (1945-1974). 2011. Thèse en Histoire. Université de Toulouse 2 Le Mirail. Toulouse, France, 2011. Disponível em: <<http://www.theses.fr/2011TOU20143/document>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

ROLLEMBERG, Denise. Uma vida, duas autobiografias. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 37, p. 190-200, jan.-jun. de 2006.

RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. : QUADRAT, Samantha (Org.) **Caminhos Cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 31-61.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, nº 2, junho de 2009, p. 10-18.

SCHPUN, Mônica Raisal. **Justa**. Aracy de Carvalho e o Resgate de Judeus: Trocando a Alemanha Nazista pelo Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SEIDL, Maurício. **Voo Cego Rumo ao Exílio**. Europa, 1963.

SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha (Org.) **Caminhos Cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.85-90.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política, 2ª Edición, Madrid, Alianza, 2004.

TAPAJÓS, Renato. **Em Câmera Lenta**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

VIEIRA, ISABELA. **Comissão da Verdade suspeita que a ditadura planejava a morte de Glauber Rocha**. 17/08/2014. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-08/comissao-da-verdade-suspeita-que-ditadura-planejava-morte-de>>. Acesso em: 21 mar. 2015.